



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANA BEATRIZ DOS SANTOS VIEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONSTRUÇÃO DE UMA  
ESCOLA DEMOCRÁTICA**

BELO HORIZONTE – MG

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE

ANA BEATRIZ DOS SANTOS VIEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONSTRUÇÃO DE UMA  
ESCOLA DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós- Graduação  
*Lato Sensu* apresentado à Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito  
parcial para obtenção do título de ***Especialista em  
Gestão Escola***

Orientadora: Profª Mestre Eliandra da Costa Mendes

BELO HORIZONTE - MG

2013

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, aos meus familiares por terem acreditado que seria possível mais essa realização na minha vida. Ao meu esposo Eduardo que sempre me apoiou e que muitas vezes dividiu as tarefas do lar comigo para que eu tivesse tempo de realizar as atividades. Aos meus filhos (Nickolas, Alexia e Samuel) que sempre estiveram comigo. E para mim foi importante o apoio deles, pois tinha hora que achava impossível. Mas enfim acabou. Obrigada!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pois se não é por Ele me sustentar talvez não tivesse chegado até aqui.

As pessoas que me apoiaram e acreditaram em mim. Acreditaram que eu seria capaz de realizar mais essa etapa de minha vida.

## RESUMO

Esse trabalho tem como referência a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Professora Tereza Paulino da Costa e se propõe a apresentar a sala de Recursos que foi estruturada na instituição. A partir da construção dessa sala iniciou-se o processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, mesmo aqueles que possuem apenas um déficit cognitivo. Através de parcerias entre o governo municipal e federal foram arrecadados recursos para a viabilização desse espaço. A partir de estudos teóricos e bibliográficos conseguiu-se traçar a trajetória das discussões acerca da educação especial, seus impasses e avanços para que fosse possível compreender a importância do atendimento das crianças e sua efetiva inclusão social.

**Palavras chave:** Sala de recurso, capacitação, inclusão, participação, professores.

## Sumário

1. Introdução .....	8
2. Breve histórico sobre Educação Inclusiva.....	9
3. Em busca de uma qualidade melhor de ensino na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa.....	12
4. Considerações finais .....	15
5. Referências Bibliográficas .....	16
6. Anexo: PPP da EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa .....	18

## 1. Introdução

A função da escola é preparar o aluno para a vida. Prepará-los no sentido de serem cidadãos e sujeitos críticos e reflexivos. Porém nem todos conseguem atingir o seu desenvolvimento em tempo igual. Existem aqueles que demoram mais que outros, e esses alunos na maioria das vezes precisam de um atendimento especializado. É nesse contexto que surgem materiais específicos e recursos próprios para trabalhar com esse público. Com esse propósito, na Escola EMEIF Professora Tereza Paulino, localizada no município de Alfenas/MG foi estruturada uma sala de recursos. A mesma é utilizada para atender os alunos com necessidades especiais e que não precisam frequentar uma escola especializada.

Uma Sala de Recursos Multifuncional é um espaço para Atendimento Educacional Especializado (AEE) sendo uma ação do sistema de ensino no sentido de oferecer o suporte às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. O professor desta sala atua de forma colaborativa com o professor da classe do ensino regular, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações para promover a inclusão deste aluno. Na Sala de Recursos Multifuncional são atendidos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (SCARTASSINI e SCHAF, 2012, s.p.)

Os alunos atendidos na sala de Recursos são aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, quer seja temporária ou permanente buscando valorizar o que os alunos podem aprender, criando e desenvolvendo seus talentos. O vínculo, a afetividade entre aluno e professor é grande, tornando assim o trabalho do professor mais efetivo, pois na maioria das vezes o grande problema das crianças está na socialização, pois eles sentem-se diferentes por não aprender e isso implica em várias distorções de comportamento.

As dificuldades que os profissionais da escola enfrentam são muitas, desde pais não aceitando as limitações de seus filhos até colegas que cometem bullying contra as crianças. A pressão é muito grande, contudo o papel do professor é ser mediador e fazer com que essa criança tenha o que realmente precisa.

Foi a partir da construção do Projeto Político Pedagógico da EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa que se constatou a necessidade de falar sobre a sala de Recursos, avaliando a demanda dos alunos com dificuldades de aprendizagem e com necessidades especiais a gestora juntamente com a prefeitura criaram condições para implantação e funcionamento da sala de Recursos.

Na sala de recursos o profissional escolhido para tal função tem que apresentar todos os requisitos necessários: curso oferecido pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado) que é uma das exigências do governo federal. Este curso é ofertado por diversas faculdades em nível de especialização, com o objetivo de preparar o profissional para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação dos alunos com deficiência e dos demais que são público alvo da Educação Especial, nas escolas regulares (não especializadas). O atendimento dos alunos de AEE é preferencialmente realizado no período inverso ao da classe comum frequentada pelo aluno e na própria escola desse aluno.

O direito a uma educação de qualidade se estende a todos: aos considerados “normais” e aos que são portadores de necessidades especiais e está também previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 208, quando nossa Lei prescreve que: *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.*

## **2. Breve histórico sobre Educação Inclusiva**

A inclusão já é um assunto que vem sendo tratado ao longo do tempo por vários autores dentre eles podemos citar: Maria Teresa Egler Mantoan (2013), Júlio Romero Ferreira(2006), Stainback (1999). Nas últimas décadas a discussão sobre educação especial adquiriu forças e mudanças aconteceram. Antigamente as

crianças que nasciam com alguma deficiência eram segregadas e não podiam nem mesmo brincar com as outras crianças. (SILVEIRA e DRAGO, 2010)

Segundo KirK e Gallagher (1996), as pessoas que se preocupavam com o isolamento dos deficientes procuraram maneiras de integrarem os portadores na sociedade. Essas pessoas que se dispuseram a buscar melhorias para os portadores de necessidades especiais, normalmente eram parentes, pais, amigos e pessoas que se interessavam em ajudar o próximo. Esse movimento de transição tenta colocar as coisas em um mesmo nível para todos, tratando todos com igualdade. Desde muito cedo os deficientes eram maltratados, abandonados ou eliminados. As pessoas consideradas diferentes ficavam em asilos, leprosários, hospitais ou hospícios.

No século XVI algumas mudanças já começavam a despontar, porém não foram suficientes para provocar alterações na forma de agir. O governo e os familiares continuaram abandonando seus entes com deficiência a própria sorte.

Já não se pode, justificadamente, delegar à divindade o cuidado de suas criaturas deficitárias, nem se pode, em nome da fé e da moral, leva-las à fogueira ou às Gales. Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa em educa-los. A opção intermediária é a segregação; não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença.(PESSOT,1984,p.24)

Em meados do século XIX surge então uma nova modalidade de educação: a educação especial. A educação especial então começa a ter novos rumos, novos olhares. Olhares esses mais preocupados com aquelas pessoas 'diferentes'. E com tudo isso acontecendo surge as APAES (Associação de Pais e Amigos do Excepcional).

A partir do final do ano de 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei n 5692/71,de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a

educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial). ( FERREIRA, 2006, p.87)

Com essa nova resolução e a criação das APAES, continuou a segregação dos deficientes, com uma diferença: agora esses sujeitos estariam amparados legalmente, pois dentro as APAES todo o tratamento era oferecido pelo Estado juntamente com o município e os pais tinham como trabalhar e voltar no final do dia para buscá-los.

Acreditando que o desenvolvimento cognitivo dos portadores de necessidades especiais podia sofrer alteração, a partir da década de 1970 houve uma mudança no paradigma, não mais baseada na segregação do aluno em instituição especializada, mas sim na concepção de uma educação inclusiva, dando a ideia de que as escolas regulares poderiam receber os alunos especiais. Segundo Miranda (2003) isso era possível e se fez acreditar que era viável, tanto que hoje é realidade em algumas escolas.

Para Miranda (2003) começa então o conceito de integração/inclusão no Brasil, onde se acredita ser capaz de oferecer aos deficientes uma condição de vida melhor, mais perto da normalidade, começa então a caminhada para a inclusão. De uma forma geral, nem todas as escolas estão preparadas para isso e, portanto se demora em dar início a essa inclusão, mesmo que a Constituição Federal garanta esse direito aos portadores, nem todos estão prontos para receber os considerados 'diferentes'.

Ainda existem professores que não possuem capacitação e escolas que precisam de adaptações na infraestrutura para receber os portadores de necessidades especiais. A partir da década de 1980 e início dos anos 1990, questões acerca dos direitos legais dos deficientes levaram pais e as pessoas que eram portadores de necessidades especiais a se organizarem em torno dos direitos conquistados reivindicando o cumprimento das leis.

Depois da Declaração Mundial sobre a Educação para todos que aconteceu em 1994, surgiram outros eventos em favor da educação especial, entre elas podemos citar a Declaração de Salamanca no ano de 1996 que previa que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças de pertencentes a minorias linguísticas, etnias ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizadas... (Brasil, 1996, s. p.).

Os anos foram passando e aos poucos a educação especial foi tomando forma, até chegar ao ano de 2003 onde o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Especial implanta o programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, buscando transformação no sistema educacional inclusivo, tendo como diretrizes principais: disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. O princípio norteador do Programa é o da “garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino”. (BRASIL, 2006, p.1).

Em 2004 a OPS/OMS (Organização Pan-americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde) se reúnem entre os dias 05 e 06 de outubro, em Montreal, Canadá, para dialogar sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual.

Pessoas com Deficiência Intelectual, assim como outros seres humanos, nascem livres e iguais em dignidade e direitos. A deficiência intelectual, assim como outras características humanas, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com a comunidade internacional deve reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos. ‘Garantindo (...) para as pessoas com deficiências intelectuais, assim como para as outras pessoas, o exercício do direito à saúde requer inclusão social, uma vida com qualidade, acesso à educação inclusiva, acesso a um trabalho remunerado e equiparado, e acesso aos serviços integrados da comunidade.

### **3. Em busca de uma qualidade melhor de ensino na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa**

A visibilidade de um movimento forte pela inclusão impulsionou a valorização da diversidade como um fator de qualidade da educação, isso fez com que fosse oferecido um atendimento individualizado nas escolas regulares, dando início a implantação de algumas soluções para a efetiva inclusão. Na E. M. Professora Tereza Paulino da Costa (EMEIF) um exemplo disso é a sala de recursos. Nessa visão, promover a participação e o respeito às diferenças significa enriquecer o processo educacional, reconhecendo a importância do desenvolvimento das potencialidades, saberes, atitudes e competência de todos os alunos. Stainback (1999) esclarece que:

Em geral, os locais segregados, são prejudiciais, pois alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste, o ensino inclusivo, proporciona as pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para vida em comunidade. Os alunos aprendem como atuar e interagir com seus pares, no mundo real. Igualmente importante os seus pares e professores aprendem a interagirem por eles. (STAINBACK, 199, P.25)

Diante de todas as mudanças necessárias para uma efetiva inclusão, a EMEIF, passou por algumas alterações. Para receber os alunos portadores de necessidades especiais. Primeiramente, foram feitas modificações, em nível físico: construção de rampas, adequações de banheiros e a instalação da sala de recursos. A sala de recursos ficou pronta em 2012, e iniciou o atendimento dos alunos com déficit cognitivo. Houve parceria entre prefeitura e o governo federal para construção da mesma.

Antes de serem encaminhados para a sala de recursos os alunos passam por uma avaliação na Policlínica da Escola Esperança (Clínica de atendimento especializado), localizada em Alfenas (MG), e quem não necessita permanecer nesta instituição é encaminhado para a EMEIF onde frequentam em um turno o ensino regular e no contra turno a sala de recursos. Esses alunos são atendidos

pelo menos duas vezes por semana na sala de recursos e o atendimento é individualizado de modo a acompanhar o desenvolvimento de forma sistemática.

Todo aluno que passa por essa avaliação e é encaminhado para escola traz consigo um relatório, onde são dadas orientações para os professores de como trabalhar de modo que haja avanços. Algumas sugestões de jogos, concretos e atividades no computador são oferecidas para os alunos com o objetivo de estimulá-los e de modo que possam desenvolver suas capacidades cognitivas.

A sala de recursos é equipada com jogos pedagógicos variados (dominós de alfabetização, de números, sequência lógica, tangrans, blocos lógicos, planetários, computador adaptado para receber alunos com dificuldade visuais, livros em libras, jogos em libras, vários baús de letras e de matemática) entre materiais confeccionados pelos próprios professores. Materiais esses que ajudam a desenvolver a coordenação motora, o raciocínio lógico e matemático dos alunos de inclusão. Os gestores da EMEIF buscam parcerias dos governos municipal, estadual e federal para manter atualizada a sala de recursos e fazer a manutenção e aquisição de outros materiais.

Organizar e preparar uma sala de Recursos leva tempo e muitas vezes ainda não fica como se deve ou gostaria, pois vários pontos devem ser abordados. Os desafios são grandes na busca e no preparo da mesma. Escolher os jogos e os outros materiais mais atualizados e principalmente contar com a participação de professores qualificados, tudo isso demanda tempo. Mas o papel do gestor a frente da instituição é proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Afinal é dentro desse espaço físico que os portadores de necessidades especiais passam parte de seus dias, que se pode orientá-los para que tenham uma vida com mais dignidade.

Na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa têm duas professoras que ocupam este cargo na sala de Recursos. Uma fica por conta do atendimento do 1º turno e a outra do 2º turno. Procuram fazer o atendimento no contra turno como se é pedido,

porém encontram dificuldades, pois alguns pais não querem trazer seus filhos em outro período. O atendimento é feito individualmente por 50 minutos com cada criança e até duas vezes por semana. Num total cada professora tem em torno 20 a 23 crianças. Como esse número é grande algumas crianças são atendidas apenas uma vez por semana.

A divisão desse horário fica a critério dos relatórios que chegam da Escola Esperança, onde se é feito a avaliação e todas as crianças são encaminhadas por especialistas, tais como: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo pedagogo, neurologista e pediatra.

Normalmente a família participa de todo o processo, pois não se faz nada sem o consentimento da mesma. É um responsável pela criança que a leva na Escola Esperança para que ela passe por essa avaliação, contudo algumas famílias demonstram resistência não permitindo nem mesmo que se marque a avaliação.

A seleção de professores para a sala AEE (Atendimento Educacional Especializado) é feita de maneira diferente, pois nem todos na escola possuem o curso específico para trabalhar na sala de recursos. Então a responsável pela educação inclusiva do município vai às escolas averigua quem quer participar e se todos os interessados possuem o curso de capacitação e havendo muitos interessados faz-se uma seleção. O primeiro critério é a participação no curso da AEE, depois quem tem especialização na área de educação inclusiva, se a pessoa é efetiva (concurada) e assim vai seguindo os protocolos, até que se tenham os professores capacitados para a sala de Recursos.

A EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa rumo à verdadeira educação inclusiva, pois além dos alunos estarem matriculados nas turmas regulares em um turno eles também recebem o atendimento individualizado e de acordo com suas necessidades.

#### **4. Considerações finais**

A visão de um gestor deve ir além das questões administrativas e voltar-se para o atendimento dos alunos, assegurando a qualidade deste atendimento. Acreditar que se é possível transformar, criar oportunidades e espaços para desenvolvimento e estabelecer parceria com a família, sempre com o objetivo de tornar a escola um espaço de interação e de socialização dos sujeitos, independente de sua condição física ou intelectual.

O governo federal é um grande aliado desde a capacitação dos professores até ao oferecimento de alguns dos materiais necessários. A EMEIF Professora Tereza Paulino também encontrou apoio na prefeitura e juntos tem realizado um trabalho onde se sabe que os frutos poderão ser colhidos, pois através dessa sala as crianças poderão sair com uma educação de qualidade e verdadeiramente serem incluídas no espaço escolar.

#### **5. Referências Bibliográficas**

ALFENAS. **Projeto Político Pedagógico da E.M.E.I.F. Professora Tereza Paulino da Costa**. Alfenas, MG, 2013.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília. CORDE, 1994.

FERREIRA, Julio Romero. **Educação Especial, Inclusão e Política Educacional: Notas Brasileira**. In: Rodrigues Davi (org). **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Sumos 2006

KIRK, S. A. e Gallagher, J. J. **Educação da Criança Excepcional**. São Paulo. Martins Fontes.

SCARTASSINI, Lizeli Barbosa e SCHAF, Frederico Menine. **Sala de recursos: utilizando as tecnologias de informação e comunicação como metodologia educativa**. <http://coral.ufsm.br/educom/anais/usos.html>. 30/07/2013.

SILVEIRA, Livia Vares e DRAGO, Rogério. **A educação da criança com deficiência: da segregação às propostas inclusivas.** [www.facevv.edu.br](http://www.facevv.edu.br). 25/07/2013.

MIRANDA, A. A. B. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos Com Deficiência Mental.** Tese de Doutorado. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. São Paulo, 2003.

MONTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: O Que É? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna: 2003

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência.** São Paulo: Quieiroz/EDUSP. 1984.

STAINBACK,. S.; Stainback, W. **Inclusão: Um Guia Para Educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

## **6. Anexo: PPP da EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa**

**E.M.E.I.F. PROFESSORA TEREZA PAULINO DA COSTA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**ANA BEATRIZ DOS SANTOS VIEIRA**

**ANDREA DE FÁTIMA CANDIDO**

**CLÁUDIA MARIA DE OILIVEIRA**

**ELAINE DE CASTRO ROCHA ANDRADE PEREIRA**

**ALFENAS, 2013**

# **E.M.E.I.F. PROFESSORA TEREZA PAULINO DA COSTA**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Regina A Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**ALFENAS, 2013**

## 1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professora Tereza Paulino da Costa está localizada na Rua Doutor João Januário de Magalhães, 330 Bairro Pinheirinho, Alfenas \_ Minas Gerais, email [emterezapaulino@alfenas.mg.gov.br](mailto:emterezapaulino@alfenas.mg.gov.br) foi criada por iniciativa municipal para ampliar o atendimento educacional no bairro Pinheirinho e adjacentes. Em Junho de 2002, foi iniciada a construção da Escola Municipal “Profª. Tereza Paulino da Costa” e concluída em 31 de dezembro de 2002.

Em 03 de fevereiro de 2003 teve início as atividades no estabelecimento, que, iniciou seu funcionamento como salas anexas da “E. M. Antônio Joaquim Vieira” – POLIVALENTE, ofertando o Ensino Fundamental – Anos Finais.

A escola, ainda como “E. M. Antônio Joaquim Vieira” – POLIVALENTE – teve sua inauguração oficializada em 18 de fevereiro de 2003. Em 09 de Outubro de 2003, pela Lei nº. 3628, o Poder Executivo criou a Escola Municipal “Professora Tereza Paulino da Costa”, continuando a ofertar o Ensino Fundamental – Anos Finais.

A partir do ano de 2006, devido a demanda da comunidade em que estava inserida passou a ofertar a Pré Escola e os Anos iniciais do Ensino Fundamental. Visando a ampliação de atendimento, em 2007 começou a ser ofertado na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa no período noturno a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais e o programa Brasil Alfabetizado.

Buscando uma maior interação com a comunidade escolar e do entorno e visando a construção de uma identidade cultural e pedagógica, elaboramos de maneira colegiada este Projeto Político-pedagógico, com o intuito de que este possa nortear as práticas pedagógicas ajudando-nos a oferecer um ensino de qualidade e a formar cidadãos críticos, éticos e autônomos.

## 2. FINALIDADES DA ESCOLA

Na oferta da Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, a EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa preocupa-se com o pleno desenvolvimento de seus alunos, procurando ofertar uma educação humanizadora, oportunizando aos seus alunos espaços para opinar, criar, conviver, interagir, se desenvolver e ser autor do seu conhecimento.

Com a elaboração do Projeto Político Pedagógico a escola busca efetivar uma gestão democrática e um ensino pautado na democracia, na coletividade, na autonomia, na interação e na inclusão.

A maioria dos alunos atendidos pela EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa são oriundos da classe média baixa, de famílias numerosas, onde os pais ou responsáveis enfrentam uma jornada de trabalho intensa, ficando as crianças no horário em que não estão na escola, em entidades filantrópicas, com parentes ou com irmãos mais velhos, ocasionando muitas vezes conflitos, inadaptação a rotina escolar, ausência de limites, falta de apoio familiar, falta de hábitos de cuidados e responsabilidade com materiais e tarefas escolares.

Entendendo o importante papel da educação e diante o contexto sociocultural em que a escola está inserida pautamos nosso trabalho no artigo 1º da Lei 9.394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.(BRASIL, 9394/96, Art.1)

A escola propõe a oferta de uma educação baseada no diálogo, nas relações interpessoais, incluindo e interagindo, respeitando as diferenças, oportunizando a todos um ensino igualitário, minimizando as desigualdades, encurtando as distâncias e aproximando os alunos de tecnologias, pedagogias, programas, projetos e vivências que a barreira financeira possa impor ou impedir.

Apostamos no desenvolvimento de práticas e hábitos de leituras para aproximação do mundo de nossos alunos com o mundo fantástico mundo da imaginação, do saber, da aprendizagem, da cultura e do lazer.

### 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

#### 3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

##### **Organização espacial**

A EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa dentro de sua estrutura física dispõe de 16 salas de aula dispostas em 3 blocos com sanitários femininos e masculinos independentes, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 sala de vídeo, 01 sala de recursos, 01 sala de direção, 01 de vice direção, 01 de supervisão, 01 de professores com sanitário, 01 sala para os serviços gerias, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto, 01 cozinha, 01 despensa, 01 quadra coberta, 01 lavandeira, 01 sala com materiais paradidáticos e pedagógicos, 01 pracinha e 01 estacionamento.

Preocupada com a inclusão e acessibilidade, a instituição possui rampas de acesso a escola, a pracinha, a quadra e biblioteca. As portas são largas e os banheiros são adaptados e possui barras de segurança, facilitando o uso por cadeirantes e portadores de necessidades especiais.

##### **Dos recursos humanos**

A EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa possui em seu quadro de profissionais 32 professores regentes P1, 08 professores de conteúdos específicos, 02 eventuais, 03 professores orientadores de sala de informática, 03 professores orientadores de biblioteca, 04 professores recuperadores, 02 professores de Atendimento Educacional Especializado, 03 professores de educação física, 04 coordenadores pedagógicos, 01 diretor, 03 vice-diretores (um por turno), 1 secretária, 3 auxiliares de secretaria e 20 agentes operacionais que cuidam da alimentação, limpeza e manutenção da escola e 3 vigias.

Os professores são todos habilitados e os profissionais que atuam na escola recebem periodicamente capacitação e cursos para atuarem com eficiência, visando o bem estar e o pleno desenvolvimento das crianças.

No ambiente escolar primamos pelo bem estar e pelas interações interpessoais na contribuição do pleno desenvolvimento dos alunos.

#### 4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa organiza o seu trabalho no Ensino Fundamental – Anos Iniciais no sistema de ciclo, a Educação de Jovens e Adultos em períodos e a Educação Infantil em turmas de 4 e 5 anos.

Aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, são assegurados 200 dias letivos, ofertando uma carga horária anual de 833:20 horas. Na Educação de Jovens e Adultos são 100 dias letivos.

O trabalho desenvolvido na Educação Infantil visa o desenvolvimento pleno da criança como orienta o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, Art.29)

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa é dividido em Ciclo de Alfabetização que vai do 1º ao 3º anos com foco na alfabetização e letramento e Ciclo Complementar que compreende ao 4º e 5º ano tendo como objetivo de consolidar os aprendizados inicializados no ciclo de alfabetização e prepará-los para prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental – Anos Finais, visando a transformar nossos alunos em cidadão críticos e autônomos e seguindo as orientações do artigo 32 da LDB:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;  
II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;  
III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;  
IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, Art.32)

Procuramos nos comprometer com uma educação de qualidade social tomando como base o Artigo 27 da Resolução da 41ª Superintendência Educacional de Ensino Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Parágrafo único. O Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.(MINAS GERAIS, nº 2012, art. 27)

A Educação de Jovens e Adultos visa atender aqueles que não tiveram oportunidade de acesso aos estudos em idade oportuna, tendo duração de 02 anos, divididos em 04 períodos.

## 5. CURRÍCULO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) atribui às escolas brasileiras a responsabilidade e autonomia na discussão e sistematização da proposta pedagógica. Nesse sentido, o planejamento curricular deve ser pensado de maneira a favorecer a construção de identidades socioculturais, a interdisciplinaridade, a contextualização com a vivência do aluno, da comunidade em que está inserida e dos conteúdos curriculares obrigatórios.

Na Educação Infantil o currículo foi estruturado visando o pleno desenvolvimento das crianças, primando pela saúde, desenvolvimento de bons hábitos, valores e seguindo as orientações do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – RCNEI, contemplando os seguintes eixos:

- Linguagem oral e escrita
- Matemática
- Música

- Movimento
- Arte
- Natureza e Sociedade
- Identidade e autonomia

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o currículo se pauta nos conteúdos curriculares obrigatórios:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Geografia;
- História;
- Ciências da Natureza;
- Educação Física;
- Ensino Religioso;
- Arte

Organizando as propostas curriculares e atividades de maneira a assegurar que todos os alunos se apoderem dos direitos de aprendizagem elencados no Artigo 61 da Resolução da 41ª Superintendência Educacional de Ensino Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012.

Na Educação de Jovens e Adultos o currículo contempla os seguintes componentes:

- Língua Portuguesa;
- Língua Estrangeira moderna;
- Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e musical;
- Educação Física.
- Matemática.

- Ciências Humanas:
- História;
- Geografia;
- Ensino Religioso.

No planejamento do currículo é de suma importância verificar in loco a demanda a ser atendida. Por isso, é impensável a programação escolar ser rígida, porque estamos diante de uma realidade muito dinâmica, propositora de mudanças na mesma velocidade, que em muita das vezes alteram os significados e significâncias da atividade docente. Se a aprendizagem está ligada diretamente ao currículo, este deve estar preparado para orientar os diversos níveis de ensino e os docentes em suas ações. Afinal:

O currículo diz respeito a seleção, seqüência e dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem. Compreende conhecimentos, idéias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos etc... dispostos em conjuntos de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação. (SAVIANI, 2003, p.35)

Para garantir um currículo contextualizado concentramos esforços nos momentos de planejamentos. Esses na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa acontecem semanalmente e por segmento, para atender individualizado cada professor, pois para ter uma educação de qualidade é necessário ferramentas. E juntos podemos traçar metas a serem alcançadas, tais como: reunião de pais, apresentações, enfim tudo o que se refere ao pedagógico.

## 6. TEMPO ESCOLAR

Na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa os alunos tem assegurados os 200 dias letivos, sendo ofertados no período matutino do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, no período vespertino Pré-escolar de 5 anos, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e no período noturno a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais.

A organização do tempo com a constituição de uma rotina flexível e adequada à criança é um instrumento facilitador do ensino e da aprendizagem.

Participar da organização do tempo pode ser uma fonte de aprendizagem importante para a vida pessoal, para a vida de estudante e para a vida cidadã. O professor deve ter a intencionalidade formativa e compartilhar com as crianças o planejamento das atividades da sala de aula, desenvolvendo: Habilidade de refletir sobre o cotidiano, de agir de forma reflexiva (conversar com os alunos sobre o que se faz, por que e para que se faz); Competência para administrar o tempo, planejar ações a tempo (planejamento do dia da semana); Habilidade de tomar decisões coletivamente, de participar da vida em grupo (negociar propostas, questionar, argumentar, posicionar-se); Consciência das próprias ações, das ações do professor e do grupo; Consciência do processo de trabalho, do processo de aprendizagem; Capacidade de avaliar o desenvolvimento dos trabalhos, de retomar e replanejar. (MINAS GERAIS, 2004)

Os professores devem estar atentos a todos os momentos de aprendizagem dos alunos, nos tempos em sala e fora dela, incluindo o período do lanche e do recreio que são excelentes oportunidades de aprendizagem da convivência em espaço mais aberto e espontâneo.

A organização das interações - relação professor/aluno, aluno/aluno – relativas ao processo ensino-aprendizagem deve privilegiar uma perspectiva democrática e emancipatória.

### **Organização das crianças e seus agrupamentos**

Na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa o agrupamento dos alunos visam o favorecimento das relações interpessoais, a interação, a convivência, o atendimento individualizado e diferenciado, respeitando a desenvolvimento e a faixa etária dos alunos. Nas primeiras semanas de aula são desenvolvidas atividades de maneira a favorecer as relações interpessoais de aluno com aluno e aluno-professor.

Inicialmente o agrupamento dos alunos em salas/turmas segue o princípio da idade (mês/ano), como orienta a Resolução 2.197/12 da 41ª SEE, sendo os alunos mais novos atendidos no período vespertino e os mais velhos no período matutino.

Não utilizamos a enturmação homogênea quanto ao desenvolvimento e aprendizado. Partimos da premissa da interação, integração e inclusão, onde todos ao seu tempo são capazes de

desenvolver as habilidades necessárias ao aprendizado. Diante das observações e dos diagnósticos, o professor tem autonomia para estruturar e agrupar sua turma de maneira a melhor atender a todos. Também pode ser adotado na escola o reagrupamento temporário de maneira atender, sanar e auxiliar a todas as dificuldades apresentada pelos alunos.

## **Das metodologias de trabalho**

### **Métodos e/ou projetos**

No cotidiano escolar, será adotado e incentivado o trabalho em grupo, atividades de monitoria, valorização do coletivo, da interação e de ações democráticas entre alunos-aluno e aluno-professor.

No decorrer do ano letivo serão promovidos encontros pedagógicos focados nas relações interpessoais na escola e as práticas pedagógica, seminários temático abrangendo a intolerância e a ética nas relações sociais, assim como programações que valorizem os temas transversais e a interdisciplinaridade em prol da formação de bons hábitos, autonomia, valores e ética.

### **Organização do tempo docente**

O trabalho desenvolvido na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa pauta-se no planejamento. A princípio anual, subdividido em bimestre e posteriormente quinzenal.

Semanalmente realizamos reuniões extra turno onde são feitos os planejamentos da atividades e ações a serem desenvolvidas. Nestas reuniões também ocorrem estudos, análise do desenvolvimento das turmas, trocas de experiências, espaço para sanar dúvidas. Os planejamentos diários e as atividades aplicadas nos alunos são acompanhado pelo supervisor ou coordenador pedagógico.

O professor e a equipe pedagógica da escola acompanha o desenvolvimento dos alunos por meio da ficha individual do aluno, registrada periodicamente pelo professor regente.

### **Atendimentos especiais para alunos / sala de recursos**

O ensino aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagens e necessitam de atendimento educacional especializado ou individualizado, ocorre de acordo com o Regimento Escolar, com a LDB, e a Resolução n.º 2197/12 da 41ªSEE, atentando para que todo e qualquer aluno tenha seus direitos garantidos.

Na EMEIF Professora Tereza da Costa os alunos possuem oportunidades de serem classificados, reclassificados e ter aproveitamento e adaptação de estudos e todas as observações e ponderações sobre os avanços e progressos dos alunos são registrados em fichas diagnósticas e caderno de perfil.

Os alunos portadores de necessidades especiais, de deficiência física permanente ou temporária, recebem atenção especial e são incluídos e atendidos por profissionais especializados e capacitados.

A escola disponibiliza aos seus alunos uma sala multifuncional, onde os alunos com necessidades especiais recebem atendimento e apoio para superarem, lidarem e prosseguirem seus estudos.

O atendimento nesta sala é feito por um profissional especializado em educação especial e ofertado a alunos e a toda a comunidade. Segundo Carvalho (2007, p. 114) é necessário:

(...)desenvolver culturas, políticas inclusivas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar; promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade; criar espaços dialógicos entre professores para que, semanalmente, possam reunir-se como grupo de estudos e troca de experiências; criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participar dos processos, decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas.

Portanto ao disponibilizar a sala de recursos a todos os seus alunos e comunidade, a escola também estará se aproximando das famílias dos alunos com necessidades especiais, auxiliando-as e promovendo a inclusão social que é um dos preceitos da democracia.

## 7. PROCESSO DE DECISÃO

### **Das formas de gestão institucional**

O processo de decisão em uma instituição deve ser consciente, e requer regras e princípios de um gestor que realmente visa cumprir com as leis. Isso não quer dizer que o gestor tem que ser

um ditador, porém deve ter equilíbrio e segurança na condução na administração dos recursos e das pessoas.

A gestão democrática é a melhor forma para a organização do ambiente escolar, pois é uma gestão onde se compartilha as decisões, e essas decisões compartilhadas tem sempre um bom resultado e é validada por todos. De modo a garantir uma gestão democrática na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa são realizadas reuniões onde todos da comunidade escolar participam e podem opinar.

A origem da palavra Gestão advém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer e gerar. Desse modo, gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo, então, por si mesma, democrática, pois traduz a idéia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo.(DALBERIO, 2013, p.3)

Algumas decisões não têm como mudar, porém outras ficam a encargo de todos que trabalham na escola e aí mudanças podem ser feitas através de uma gestão democrática. Nesse sentido a escola está sempre aberta à comunidade, pois proporciona que a mesma participe das decisões escolares. Participando, por exemplo, em decisão de escolhas de festas via comunicação escrita, reuniões de pais e mestres, gincanas e outros eventos que a escola possa promover.

Outra liberdade que os pais têm é de quando vir á escola. Não precisa ser exatamente em reuniões para pegar boletins, a escola deixa em aberto para que os pais tenham essa flexibilidade, promovendo assim a interação entre escola e comunidade.

Um meio importante de decisão é o colegiado. O colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo em assuntos referentes á gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola, que se realmente for eficiente torna muito mais fácil as decisões a serem tomadas pela escola. Segundo Veiga:

O colegiado é concebido como local de debate e tomada de decisões.” E, como espaço de discussão, de reflexão e de debate, favorece todos os segmentos presentes na escola – professores, funcionários, pais e alunos – a explicitação de seus interesses, suas crenças e reivindicações. É, então, um canal de participação e também instrumento de gestão da própria escola. (VEIGA, 2001, p. 115)

Na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa a caixa escolar é constituído por representantes de pais, comunidade, funcionários e professores da escola. Seus membros detêm funções deliberativas, consultivas e fiscalizadora. As reuniões ocorrem periodicamente para que sejam pontuadas as necessidades, os anseios e a utilização das verbas recebidas ou angariadas pela escola.

Portanto para que haja uma gestão democrática é necessário que se faça uma leitura de um todo da escola dentro e fora e para isso acontecer é necessário que todos os funcionários, professores, pais, alunos e gestores estejam envolvidos, para superarem os obstáculos que possam surgir no percurso de uma conquista da escola cidadã.

Enfim na construção de um PPP coletivo com a comunidade escolar constitui a identidade de cada escola, e isso faz com todos da escola possam participar de todas as decisões que compete á escola, desenvolvendo assim a autonomia e criatividade, podendo educar no sentido mais amplo da palavra.

### **Do trabalho com a família e a comunidade**

A interação com a comunidade do entorno e a escolar se dá diariamente buscando a efetiva participação no cotidiano escolar através da promoção de eventos, oficinas, bazares, festas.

A escola também busca estreitar a relação com pais e responsáveis, mantendo um diálogo continuo através de bilhetes, atendimentos com horário marcado, visitas domiciliares, promoção de reuniões e atendimentos individualizado e personalizado.

A escola utiliza para informar os alunos maiores e os pais ou responsáveis sobre a frequência e desempenho dos alunos e o boletim informativo, reuniões e solicita a presença dos pais ou responsáveis por intermédio de bilhete ou telefone.

E para que todos participem na EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa é preciso rever os espaços de participação e analisar a atuação de cada sujeito, de modo que a todos os segmentos da comunidade escolar tenham participação efetiva.

## **8. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa está localizada na periferia da cidade de Alfenas, no bairro Pinheirinho, atendendo a crianças moradoras dos bairros Santas Claras, Recreio Vale do Sol, Jardim São Paulo, Novo Horizonte, Jardim Alvorada e Pinheirinho.

Atende nos períodos diurnos as crianças da Pré Escola e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. No período da manhã as crianças são atendidas das 7 as 11:20 horas e no período da tarde das 13 as 17:20 horas. No período noturno são atendidos os jovens com idade superior a 15 anos e adultos, ofertando o Ensino Fundamental – Anos Finais.

As famílias dos nossos educando, são em sua maioria empregados domésticos, rurais ou diaristas, passando a maior parte do dia distantes dos seus filhos, devido a jornada intensa de trabalho.

Apesar de atender aos três seguimentos diferentes, educação infantil, juvenil e adulto, a EMEIF dispõe de mobiliário, infraestrutura, acessibilidade, equipamentos e materiais para ofertar a cada etapa da educacional, um ensino de qualidade.

O espaço pedagógico da escola é constituído por três blocos de sala de aulas, tendo cada um sanitários e bebedouros individuais. A área administrativa concentra secretaria, supervisão pedagógica, diretoria, sala de professores, almoxarifado e sanitários.

A escola dispõe de uma área de serviços, composta por cozinha, despensa, sala de serviços gerais, lavanderia. E nossos alunos ainda podem contar com um bloco com sala de vídeo, laboratório de informática, biblioteca, sala de educação física e sala de recursos.

Primamos por um ambiente tranquilo, onde o respeito, o diálogo e coletividade sejam privilegiados. Os profissionais que aqui atuam, participam dos cursos de capacitação de docentes oferecidos pela S.M.E.C. e dos projetos de ação inovadora para melhorar a qualidade do

ensino, aprendizagem e a valorização do educador X educando/ auto-estima, promovidos pela própria escola.

Para maior interação e fundamentação teórica são realizadas semanalmente reuniões (módulo II) para estudo e avaliação do trabalho com a participação de toda a comunidade escolar, além de estudo aprofundado do material: matriz curricular; CEALE; PCNs; PDE; PPP; Regimento Escolar; LDB; Avaliação/ Metodologia; Encontros, palestras, comemorações, celebrações e outros.

Depois de levantados os principais pontos enfocados, refletimos e adaptamos no planejamento, ações que são viáveis serem desenvolvidas e também fazemos um trabalho de conscientização com os pais e com os alunos, no sentido de compreenderem e aceitarem as mudanças ocorridas e entenderem a proposta da organização dos anos iniciais, com ênfase nos processos de alfabetização e letramento.

Preocupamos com a aprendizagem significativa, possibilitando ao aluno decidir, opinar, construir, formando-se sujeito cultural a escola adota o PIP.

- Construção do PPP e Regimento Escolar coletivo;
- Fortalecimento do Colegiado e Conselho de Classe;
- Tomadas de decisão coletivas;
- Implementação do PIP na instituição de ensino de maneira coletiva;
- Abrir espaços para a participação da comunidade local através de estratégias reais e viáveis;
- Autoavaliação das ações pedagógicas juntamente com os professores;
- Divulgação de todas as ações da escola no campo pedagógico e financeiro;
- Estudo e amplo acesso ao conhecimento, estudo e análise dos resultados das avaliações externas.

Na perspectiva de ofertar uma educação de qualidade e que prima pela democracia, interação e integração a escola promove bimestralmente reuniões onde pais, responsáveis, comunidade do entorno e escolar dispõem de espaço para opinar, questionar, pontuar, debater, discutir sobre

problemas referentes ao cotidiano escolar, bem como sugerir possíveis caminhos e ações que possam amenizar ou sanar os intemperes.

Assim OLIVEIRA, MORAES, DOURADO (2008, p.4), salientam:

A autonomia, no entanto, não é dada ou decretada. Autonomia é uma construção que se dá nas lutas diárias que travamos com os nossos pares nos espaços em que atuamos. Por isso, a construção da autonomia, especialmente da autonomia escolar, requer muita luta, dedicação e dedicação daqueles que estão inseridos nos processos educativos.

Portanto faz-se necessário que todos os atores envolvidos no processo educacional se apossam dos seus direitos, participem do processo democrático e atuem como cidadãos.

## 9. AVALIAÇÃO

### **Avaliação da aprendizagem**

Segundo LUCKESI (2002, p 44)

[...] a avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade.

Considerando a afirmação do autor podemos dizer que a avaliação da aprendizagem na nossa escola, é usada como instrumento para diagnosticar as habilidades ainda não consolidadas pelos educandos de modo a traçar um PIP – Plano de Intervenção Pedagógica para sanar essas dificuldades. Todas as avaliações feitas na escola sejam elas mensal, bimestral, diagnóstica elaborada pela SMEC final/intermediária/ final, diagnóstica elaborada pela própria escola, tende aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

### **Projeto de recuperação\ reforço**

Para dar reais condições ao professor e ao aluno para avaliar e reavaliar o desempenho pedagógico, as dificuldades encontradas na assimilação, transferência e aplicação dos novos conteúdos são realizadas aulas de reforço, que são ministradas após cada conteúdo dado.

Visando à recuperação contínua e tentando sanar as dificuldades encontradas serão promovidas reuniões onde a equipe docente, pedagógica e administrativa analisarão e refletiram, fazendo

pontuações e levantamentos das dificuldades e problemas, buscando ações que possivelmente possam saná-las.

Além da promoção de reuniões e espaço para debates, cabe a equipe pedagógica e diretiva, motivar, sensibilizar e orientar os professores a assumirem com responsabilidade a missão de promover e oferecer condições a todos os alunos de apropriarem dos conhecimentos ofertados na escola.

Para que um projeto de reforço e recuperação escolar possa mostrar resultados e consiga atingir a todos os alunos deve haver compromisso com as aplicações das atividades, com a retomada dos conteúdos, com a utilização sincera, segura e dinâmica da avaliação diagnóstica, de maneira a promover a recuperação paralela de capacidades que ainda não foram consolidadas.

O professor tem o compromisso de avaliar continuamente, como também o de estar reforçando os conteúdos quando necessário. Reforçar e recuperar o aluno são objetivos do professor comprometido com sua profissão, profissão esta que exige doação.

Dentro das ações para promover o reforço e a recuperação escolar do aluno, merecem destaque:

- PIP – Plano de Intervenção pedagógica;
- Trabalho integrado com o professor recuperador.

Na EMEIF Professora anualmente os profissionais são submetidos a avaliação de desempenho, com vistas a favorecer as relações interpessoais e a qualidade do trabalho desenvolvido. Todos os funcionários são avaliados por seu superior imediato e pela equipe diretiva, sendo os resultados finais analisados de maneira coletiva e com a presença do avaliado, objetivando uma melhora no ambiente e no trabalho desenvolvido.

Este instrumento norteador do processo educacional da EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa, o PPP, é anualmente analisado, verificado e reestruturado por membros e representantes da comunidade escolar e do entorno, buscando atender os anseios e necessidades de cada segmento e pautado numa educação de qualidade e humanizadora.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EMEIF Professora Tereza Paulino da Costa trabalha nos três períodos atendendo desde a Educação Infantil até a EJA. Possui boa infraestrutura (quadra coberta e cercada, salas de aulas

“amplas” e arejadas, biblioteca, laboratório de informática, sala dos professores, da direção,...), com exceção do pátio que é muito pequeno e se faz necessário dividir os recreios para comportar os alunos.

Quanto ao quadro de profissionais, possui uma boa equipe em processo de tomada de consciência para o significado da gestão compartilhada. Com base na realidade presenciada e análise do PPP, é possível constatar o empenho que todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem desencadeiam para elevar não somente o nível de ensino das crianças, mas também em proporcionar aos educando a construção do conhecimento e a vivência de valores, através de metodologia dinâmica sendo capaz de criar nos alunos a reflexão para a transformação de seu contexto social.

Torna-se oportuno sugerir para maior satisfação profissional e conseqüentemente ganho na melhora da qualidade de ensino ofertada pela escola, que as autoridades competentes providenciem o edital para concurso público, tanto para professores e especialistas, a fim de garantir a “permanência dos mesmos funcionários” dentro da instituição, evitando-se a alta rotatividade deles.

Também há a necessidade de se dizer da importância de se criar espaços de diálogo e interação no intuito de criar estratégias para estreitar os laços entre família e escola.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998 3V.

DALBERIO, Maria Célia Borges. **Gestão democrática e participação na escola pública popular**. Disponível em: <http://www.rioeoi.org/deloslectores/2420Borges.pdf>. Acesso em 24/10/2013.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução nº 2197**, de 26 de outubro de 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. **Orientação SEE n. 01/2004**. Operacionalização da Resolução SEE n. 469/2003.

CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva com pingo nos "is"**. 5ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernando. **Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13594> , acesso em 30/10/2013

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola**. Textos mimeografados para curso de especialização em gestão escolar – UFG/ 2008.

SAVIANI, Nereide. Currículo: um grande desafio para o professor. **Revista de Educação**. Nº 16. São Paulo, 2003 – pp. 35-38.

VEIGA, I. P. A., e RESENDE, L. M. G. de (2001): **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 5.ª ed. Campinas, SP: Papirus.